

Congresso se esforça para votar todas as matérias pendentes antes do recesso

por João Alexandre Lombardo de Brasília

A última semana de atividades do atual Congresso promete muita polêmica e um esforço verdadeiramente concentrado para possibilitar a votação de nada menos que 35 vetos presidenciais, quinze medidas provisórias, dezenas de projetos e o Orçamento Geral da União. Tudo isso até o dia 15, quando começa o recesso parlamentar que vai separar a atual legislatura do Congresso eleito sob o governo Collor. Não bastasse o considerável número de proposições, caberá aos líderes de oposição e situação buscar acordos para tentar encontrar soluções para matérias controversas.

Na pauta do Congresso estarão incluídas três medidas provisórias bastante polêmicas. Elas se referem à política salarial, à alteração na lei de falências e à fixação de mensalidades escolares. Na terça-feira, os líderes partidários vão-se reunir para tentar um acordo em torno da política salarial. As expectativas estarão voltadas para a reunião do entendimento nacional, marcada para esta segunda-feira e de onde poderá partir alguma sinalização para uma fórmula que agrupe a maioria. Há ceticismo quanto a isso, porém, até mesmo entre líderes governistas, se não houver entendimento nem dentro do Congresso, a matéria será decidida no voto.

No Senado, as atenções estarão voltadas para o projeto de resolução que estabelece limites e condi-

ções para o endividamento de estados e municípios. A votação ficou marcada para esta terça-feira, juntamente com o projeto de resolução que estabelece parâmetros para a renegociação da dívida externa, outro tema que divide governo e oposição. Na Câmara, entre as matérias polêmicas, está o projeto que pune com crime de usura quem cobrar juros reais acima de 12% ao ano.

"A última semana é sempre aquela que represa as matérias mais polêmicas", afirmou na última sexta-feira o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS). Ele acredita que todas as proposições polêmicas serão votadas, e disse que, se for necessário, as sessões poderão acontecer até o próximo sábado, dia 15, data em que serão realizadas sessões solenes de encerramento dos trabalhos.

O líder em exercício do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), previu que todas as medidas provisórias serão apreciadas na semana que vem. Até porque, se isso não acontecer, o Congresso terá de ser convocado extraordinariamente tão logo o governo reedite uma delas. Num dos últimos encontros que teve com Collor, o líder do PDS, deputado Amaral Neto, pediu ao presidente que não editasse medidas provisórias no recesso. Para as que estão em vigor, ele ponderou que deveriam ser votadas, mesmo que alteradas por projeto de conversão.

Nesse caso, se as

alterações não fossem do agrado do governo, bastaria que Collor as vetasse. Na última sexta-feira, o deputado Humberto Souto chegou a admitir que a medida provisória que trata dos salários poderá ser alterada via projeto de conversão.

O governo começa a semana retomando seus contatos na área parlamentar. Segundo informou o senador Ney Maranhão, o presidente Fernando Collor recebe em seu gabinete nesta segunda-feira, às 21 horas, entre 35 e 40 senadores filiados ao PFL, PDS, PTB, PDC e PRN, partidos que dão sustentação parlamentar ao governo. Na terça-feira, pela manhã, o presidente deverá receber os líderes governistas na Câmara; às vésperas do esforço concentrado, os encontros poderão ajudar o governo a garantir posições dentro do Congresso. E, a partir daí, tentar articular uma base de sustentação parlamentar mais sólida dentro da futura formação do Congresso.

São as seguintes as principais matérias que deverão ser votadas esta semana, no Legislativo:

Congresso

- MP 265, que trata das mensalidades escolares;
- MP 266, que altera a lei de falências;
- MP 273, que trata dos reajustes salariais;
- Orçamento Geral da União para 1991.

Senado

- Projeto de resolução que estabelece limites e condições para o endivida-



Ibsen Pinheiro

mento dos estados e municípios;

- Projeto de resolução que estabelece condições para a renegociação da dívida externa;
- Autorizações para estados e municípios colocarem LFT no mercado e para tomarem empréstimos;
- Projeto de lei que institui o conselho de comunicação social, na forma do artigo 224 da Constituição.

Câmara

- Projeto que recria os incentivos fiscais do Finor e Finam;
- Projeto de lei que institui o crime de usura para quem cobrar juros reais acima de 12% ao ano;
- Projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a remuneração de ministros de estado;
- Projeto de lei que disciplina o uso de medidas provisórias;
- Projeto que trata da lei agrícola. Fixação de remuneração dos parlamentares.